UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ESTADO, TERRITÓRIO, FRONTEIRA E SOBERANIA

TRABALHO PROGRAMADO 1

VERSÃO PRELIMINAR DO CAPÍTULO 1 DA TESE [*]

Aluna: Simone Martinoli Madeira Campos

Orientador: Prof. Csaba Deák

Dezembro, 2004.

Esta versão, com mapas inseridos abril 2008

[*] *Questão urbana e desenvolvimento no Acre – o processo de formação e urbanização do Acre*, 2005

Introdução

A constatação da fundamental presença do Estado no processo de formação e urbanização do Acre foi o ponto de partida das pesquisas que deram origem a esta tese. Tínhamos convicção de que, em suas diferentes instâncias e formas, o Estado era o elemento fundamental no processo de produção do espaço no Acre, além de sua própria incorporação ao território nacional. Desta forma, era impossível compreendermos tal processo sem que compreendêssemos nele o papel do Estado.

Partindo desta premissa, nosso primeiro passo foi pesquisar os conceitos clássicos de Estado, buscando estabelecer as bases teóricas para o desenvolvimento da análise pretendida. Para isso nos debruçamos sobre as teorias marxistas e weberianas, com o objetivo de compreender o papel do Estado no processo de produção do espaço nacional, estabelecendo a partir daí o conceito de Estado que sustentaria a análise do processo pesquisado.

Por outro lado, na frente de pesquisa sobre o processo histórico de formação do Acre, as políticas brasileiras implantadas neste Estado destacavam a importância das estratégias político-territoriais, especialmente aquelas relacionadas ao território nacional e a sua soberania. Estes temas apontaram para a necessidade de pesquisarmos no âmbito das

formulações da geopolítica, buscando nela suas concepções de território, fronteira e soberania.

Assim iniciamos nova frente de pesquisa, agora sobre os conceitos da geopolítica. Nossa meta era conhecer os princípios que inspiravam os mentores das políticas territoriais brasileiras, para, a partir daí, analisarmos a prática e a retórica daqueles que desenhavam as políticas implantadas, num esforço de interpretação do processo analisado.

A partir das pesquisas realizadas chegamos aos conceitos de Estado, espaço nacional, mercado unificado, território nacional, fronteira e soberania que sustentarão e permearão a análise pretendida nesta tese.

Vale salientar que não nos coube aqui realizar um debate entre as teorias pesquisadas, tampouco era nosso objetivo a formulação de uma teoria sobre o Estado, tema que envolve posições ambíguas e antagônicas. Nos limitamos ao esforço de análise das teorias clássicas e das teorias da geopolítica, buscando articular os conceitos apreendidos e estabelecendo o arcabouço teórico que sustentará a análise de ‘O Estado Brasileiro e o Processo de Formação e Urbanização do Acre’.

1.1 – O ESTADO NAS TEORIAS CLÁSSICAS

O Estado é um tema complexo, envolto em controvérsias e antagonismos mesmo dentro de uma mesma escola teórica. No âmbito das teorias marxistas isso ocorre porque, segundo JESSOP (1982), Marx e Engels não apresentaram uma análise definitiva sobre o tema, apesar de terem abordado diversas questões relacionadas a ele. Por sua vez, a teoria de Max Weber não é menos antagônica, respeitadas as variações que a caracterizam. Em 'O Estado, o poder e o socialismo' Nicos Poulantzas afirma que na verdade, "toda teoria política, desde Max Weber, ou é diálogo com o marxismo ou prende-se a ele." [1].

Em seus trabalhos mais recentes Marx e Engels afirmaram que o Estado desenvolve-se a partir da divisão da sociedade em classes, por efeito da divisão social do trabalho, refletindo assim a base econômica da sociedade. Segundo JESSOP (1982), foi Engels quem mais desenvolveu questões relacionadas "às relações entre o poder do Estado e desenvolvimento econômico"[2].

Foi Engels também quem elaborou os primeiros conceitos do Estado como instrumento de dominação, o que deu origem ao que ficou conhecido como a concepção

1 POULANTZAS, Nico. 1981. *O Estado , o poder e o socialismo.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000. p.9 –10.
2 JESSOP, Bob. 1982. *The capitalist state – marxist theories and methods.* London, Martin Robertson & Company Ld., 1983. p.3.

instrumentalista. Tal concepção, desenvolvida a partir das formulações de Engels, concebe o Estado como o instrumento através do qual a classe dominante ajusta seus interesses comuns, sendo a forma de expressão da sociedade capitalista estruturada em classes. A concepção do Estado instrumentalista incorpora também a elaboração de Engels de que é uma classe específica que controla o aparato do Estado e usa este controle para manter sua dominação política e econômica.

Aliás, é justamente o poder do Estado que confere poder político à classe que domina o processo de reprodução social. Este poder, assim como o aparato do Estado sobre o qual essa classe se organiza, servem à justificativa e manutenção de sua dominação, garantindo a realização de seus interesses. O aparato do Estado se torna assim uma organização que, através de sua administração e leis, serve aos propósitos da classe que o domina.

Baseados nestas formulações chegamos à compreensão do Estado como um instrumento de sustentação da reprodução social, organizado de forma a garantir que a classe dominante exerça seu poder sobre a sociedade em questão, garantindo assim a reprodução do *status quo*. Para tal, a classe dominante se apodera do aparato estatal e do poder inerente a ele.

Mais do que isso, é através do aparato estatal que se dá a construção ideológica que também sustentará a dominação de classe, qual seja, a idéia de que o Estado exerce um poder que não pertence a ninguém e que ele age de forma impessoal e anônima em

defesa dos interesses gerais. Especialmente através das leis, legitimadas como justas e válidas para todos, o Estado paira como aquele necessário à moderação dos conflitos entre as classes, como o conciliador dos interesses gerais.

Resumindo essa posição, Marilena Chauí escreve:

> *"Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. [...] Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como 'Estado de direito'. [...] isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela* idéia do Estado *– ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado. "* [3]

Em outras palavras, é através do Estado e de seu aparato estatal que os interesses da classe dominante ganham aparência de interesses gerais. Mais precisamente, é através da ideologia por ele sustentada, que os interesses da classe que domina ganham a aparência de interesse coletivo. É especialmente através da ideologia que os interesses dominantes são escamoteados e qualquer forma de dominação é impedida de ser percebida como tal.

3 CHAUÍ, Marilena. 1980. *O que é ideologia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984. p.90.

> *"[...] o discurso ideológico se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. Portanto através da ideologia é montado todo um imaginário e toda uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, escamotear a dominação, escamotear a presença do ponto de vista particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de ser o ponto de vista universal."*[4]

E é justamente no ponto em que a ideologia confere ao Estado a imagem daquele que atua como o conciliador dos interesses em defesa do bem comum, que o aparato estatal, na forma da burocracia técnica que o compõe, adquire papel relevante. Através do seu trabalho a burocracia se torna instrumento no processo de consolidação da idéia de defesa do interesse comum. Assim a burocracia se torna importante elemento na reprodução do *status quo,* especialmente no ponto em que suas estratégias e ações consolidam a ideologia da defesa do interesse coletivo, o que justamente encobre os interesses de manutenção do *status quo.*

É nesse sentido que tem importância a concepção de Weber sobre burocracia, cuja existência é defendida por ele apenas sob a condição de instrumento técnico e não como um agente elaborador de política ou politicamente responsável.

---

4 CHAUÍ, Marilena. 1978. *Crítica e ideologia*. In: cadernos CEAF, Rio de Janeiro, 1(1): 21-22, agosto de 1978. Apud. DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 O silêncio dos vencidos – memória, história e revolução.* Editora Brasileiense. São Paulo, 1997. 6ª edição. p.46.

> *"Sua natureza específica [da burocracia], bem recebida pelo capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é 'desumanizada', na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo, É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial"* [5].

Esta concepção de Weber sustenta a idéia e o discurso da burocracia como instrumento técnico, desvinculada de interesses particulares, justamente a serviço do interesse coletivo. Assim foi consolidada a idéia da burocracia como elemento neutro, técnico e acima dos interesses particulares, que dá suporte à idéia do Estado como defensor do bem comum.

Por outro lado, a burocracia do Estado tem importância também porque foi a partir de sua atuação que se deu o processo de racionalização que dominará as ações do Estado. Ainda baseados nos conceitos de Weber, "a burocratização de todo o domínio promove, de forma muito intensa, o desenvolvimento de uma 'objetividade racional' e do tipo de personalidade do perito profissional"[6], que conduz a um modo de vida 'racionalista'. Em outras palavras, a racionalização ocorre a partir da ação da burocracia, na medida em que sua ação se torna complexa e abrangente.

---

5 GERTH, H.H. e WRIGHT, C. Mills. 1946. *Ensaios de sociologia.* Editora LTC. Rio de Janeiro, 1982. p.251.
6 GERTH, H.H. e WRIGHT, C. Mills. 1946. *Ensaios de sociologia.* Editora LTC. Rio de Janeiro, 1982. p.277.

O que nos interessa é que, no final desse processo, o Estado tem sua imagem desvinculada dos interesses particulares, em especial da classe que o domina. Pelo contrário, sua imagem foi consolidada como representante do interesse coletivo, cujo aparato estatal, materializado na burocracia técnica, trabalha de forma racional na defesa do bem comum.

Assim, através da ideologia, e da ação da burocracia que a sustenta, o Estado, dominado por uma classe interessada na reprodução do *status quo,* ganha aparência de uma organização destinada à representação e defesa do bem comum. Por sua vez, a burocracia, que na verdade reproduz dentro do Estado os antagonismos de uma sociedade dividida em classes, é identificada como a representante da defesa do interesse coletivo. Assim a classe dominante se torna responsável pelas decisões e desígnios de uma maioria, que acredita que seus interesses estão representados pelo Estado e seu aparato administrativo.

> *"A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo."* [7]

No entanto este processo não ocorre de maneira declarada. Como já dissemos acima, este processo é escamoteado pelas diversas construções ideológicas que levam

7 CHAUÍ, Marilena. 1980. *O que é ideologia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984. p.93.

justamente ao acobertamento da realidade e, em especial, dos conflitos entre as classes. Aliás, como bem coloca CHAUÍ (1978):

> *"o discurso ideológico se sustenta, justamente, porque ele não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. [... caso contrário] ele se auto-destrói como ideologia"*[8].

Isto posto, retomemos a concepção do Estado, aquele compreendido como instrumento de sustentação da reprodução social, dominado por uma classe que se apodera do aparato do Estado interessada na reprodução do *status quo* e na justificativa e manutenção de sua dominação. O Estado não representa uma classe universal com interesses universais, mas simplesmente reproduz os antagonismos de classes dentro do Estado.

CHAUÍ (1980) bem define a questão afirmando o caráter instrumentalista do Estado da seguinte maneira:

> *"[O Estado] é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera política as relações de exploração que existem na esfera econômica. [...]Não é, como imaginava*

8 CHAUÍ, Marilena. 1978. *Crítica e ideologia*. In: cadernos CEAF, Rio de Janeiro, 1(1): 21-22, agosto de 1978. Apud. DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 O silêncio dos vencidos – memória, história e revolução.* Editora Brasileiense. São Paulo, 1997. 6ª edição. p.47.

> *Hegel, a superação das contradições, mas a vitória de uma parte da sociedade sobre as demais."* [9]

Finalizando, as palavras de ENGELS (1975) definem o Estado da seguinte forma:

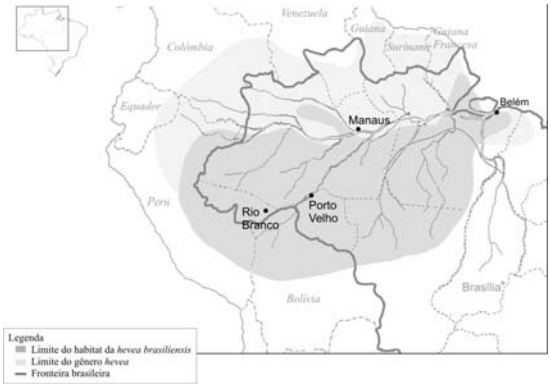
> *"O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade e fora para dentro; tampouco é a 'realidade da idéia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e*

9 CHAUÍ, Marilena. 1980. *O que é ideologia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984. p.70.

exploração da classe oprimida. [...] o moderno Estado representativo é o instrumento que serve o capital para explorar o trabalho assalariado .”[10].

1.2 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NACIONAL

Como mencionamos na introdução, a identificação da fundamental presença do Estado no processo de formação e urbanização do Acre foi o ponto de partida das pesquisas desta tese. Em suas diferentes instâncias e formas, o Estado foi elemento fundamental no processo de produção do espaço no Acre. Desta forma, tendo compreendido o Estado como instrumento de sustentação da reprodução social, devemos compreender agora seu papel no processo de produção do espaço nacional.



Mapa 3.1 – Habitat da *hevea brasiliensis*

O espaço ao qual nos referimos aqui é aquele território cuja apropriação por um modo de produção transformou-o num espaço econômico capitalista. É o produto do trabalho

10 ENGELS, F. 1884. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Centauro Editora. São Paulo 2002. p.203-205.

sobre um território, caracterizado pelo modo de produção específico de um determinado momento histórico. Em "O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista" DEÁK (1989) define o tema da seguinte forma:

> *"Designamos por 'espaço' no capitalismo, o território de um mercado unificado no qual a forma-mercadoria se generalizou."*[11]

Para a generalização da forma-mercadoria, condição necessária à produção capitalista, o espaço precisa ser produzido, na verdade homogeneizado, de forma que permita a livre e desimpedida circulação de mercadorias, sustentando assim o processo de acumulação do modo de produção vigente.

> *"A produção capitalista de mercadorias dentro dos limites de um mercado unificado impõe a redução da anterior dicotomia cidade/campo com a redução da constelação de espaços locais a um simples espaço em que as mercadorias, trabalho e capital fluem livremente e numa escala suficientemente grande para sustentar um processo autônomo de acumulação – tal qual realizado historicamente dentro dos limites da nação-Estado moderno. O mercado unificado requer que seu espaço seja suficientemente homogeneizado por uma infra-estrutura de transporte e comunicação de forma que, embora a diferenciação dentro do espaço*

11 DEÁK, Csaba. 1989. *O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista.* In: Espaço & Debates, nº28, p.18 – 31. São Paulo. 1989. p.19.

> *persista, sua homogeneidade assegure que nenhum regime independente de acumulação autônoma (no qual haveria um mercado separado de fato) possa emergir."*[12]

É através da ação do Estado que o espaço é organizado e homogeneizado, constituindo as condições requeridas pelo mercado para a generalização da forma-mercadoria. Desta forma, o papel do Estado neste contexto é justamente produzir o espaço econômico capitalista com vistas a atender os requisitos de performance da estrutura de produção vigente, constituindo assim a base sobre as quais se assentará o mercado unificado.

> *"A intervenção do Estado não torna a produção de mercadorias mais eficiente, senão que a torna possível, ao assegurar as próprias condições de sua existência."*[13]

É desta forma que se dá a relação entre o Estado, o mercado e o processo de produção do espaço, que por sua vez caracteriza a dialética da forma-mercadoria.

> *"os limites à generalização da forma-mercadoria impõem a intervenção estatal com produção direta de valores de uso. Isso é a dialética da forma-mercadoria, em que a produção é organizada pelos processos simultâneos e*

12 DEÁK, Csaba. 1985. *Rent theory and the price of urban land.* King's College, Cambridge, 1985. p.102–103.
13 DEÁK, Csaba. 1989. *O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista.* In: Espaço & Debates, nº28, p.18 – 31. São Paulo. 1989. p.24.

> *antagônicos de mercado e de intervenção do Estado, sendo postulada a primazia dos primeiros"*[14].

Por outro lado, a produção do espaço está diretamente relacionada à estrutura econômica da sociedade, ela é condicionada pelo modo de produção capitalista predominante e pelo estágio do processo de acumulação vigente. Assim, a produção do espaço com vistas à constituição do mercado unificado só ocorre na medida em que viabiliza o processo de produção/ reprodução dominante. E como mencionamos acima, a produção econômica tem primazia sobre a produção do espaço.

Ou seja, a produção do espaço é condicionada à produção econômica capitalista, que produz e reproduz o espaço de acordo com suas necessidades de produção e mercado, materializando no espaço nacional os interesses particulares da classe dominante. SCHIFFER explica esta condição da seguinte forma:

> *"A produção do espaço está vinculada à produção. O processo de produção do espaço se dá, a princípio, na apropriação e transformação de um espaço natural (território), o qual naquele momento é premissa condicionante da produção. A partir desse instante o espaço passa a ser produzido e é*

14 DEÁK, , Csaba. 1990. *Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80.* In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. Edusp. São Paulo, 1999. p. 31.

recriado sucessivamente segundo as necessidades do processo de produção. E a cada novo momento é condicionante e é condicionado pela produção."[15]

Como já dissemos, no processo de produção do espaço o Estado é responsável pela constituição da homogeneidade do espaço nacional, de forma que a forma-mercadoria possa ser generalizada. No entanto, a homogeneização do espaço não ocorre de forma desimpedida. É justamente a relação entre a produção do espaço e a produção capitalista, mencionada acima, que conformará o processo de produção do espaço nacional, e consequentemente sua homogeneidade/diferenciação.

A homogeneização do espaço se dará apenas na medida em que este viabilize o processo de acumulação que garante a hegemonia da classe que o controla. Assim a produção do espaço materializa sobre o território os interesses do modo de produção dominante.

Neste processo cada uma das localizações, cidades, fronteiras, sistemas de comunicações e transportes, estratégias militares, entre outros, têm função enquanto elementos de organização do espaço.

Assim os movimentos de indução e contração do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de produção do espaço, balizadas pelos momentos vividos pelo modo de produção capitalista, conformarão um movimento de homogeneização do espaço

15 SCHIFFER, Sueli. 1989. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista 1955 – 1980.* São Paulo, Tese de doutorado FAU-USP. 1989. p.11.

nacional marcado por intervalos de avanço e retrocesso, de acordo com os interesses do modo de produção capitalista vigente.

Esses movimentos de avanço e retrocesso conformarão as características do espaço nacional, especialmente sua homogeneização/diferenciação. É dessa forma que se dará a dialética homogeneização/diferenciação do espaço, especialmente naqueles países onde o modo de produção capitalista predominante está baseado sobre o modo extensivo de produção.

> *"No estágio de acumulação extensiva, a expansão da forma-mercadoria procede relativamente desimpedida, predominantemente mediante a extensão da produção de mercadorias às custas de formas não capitalistas de produção."*[16]

Dentre estas formas estão a expansão territorial e a incorporação de novas frentes da força de trabalho, na medida da demanda da produção e do mercado. São estas, entre outras especificidades do processo de apropriação territorial e produção do espaço, que

16 DEÁK, , Csaba. 1990. *Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80*. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. *O processo de urbanização no Brasil*. Edusp. São Paulo, 1999. p.31.
Em contraponto, no estágio de acumulação intensivo, "em que a expansão da produção fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade do trabalho, o antagonismo entre mercado e Estado atinge novo patamar, porque a intervenção do Estado (planejamento, produção do espaço etc.) – que nega a forma-mercadoria, ainda que seja necessária para sua preservação – se intensifica e a reasserção da primazia da forma-mercadoria – a negação da negação – torna-se cada vez mais problemática." DEÁK, (1990), p.31

conferem as características do espaço produzido, sua homogeneização/diferenciação, que por sua vez constituirá o mercado nacional.

> *"diferenciação e homogeneização vão de par – uma particular localização se diferencia de qualquer outra somente por ambas pertencerem ao mesmo espaço, que é suficientemente homogêneo para incluir uma e outra – duas localizações não pertencentes ao mesmo espaço não são diferentes: elas não se comparam. Homogeneização e diferenciação formam a unidade dialética do processo de produção do espaço."*[17]

No caso brasileiro, o processo de acumulação condicionado pelas ações de refreamento do livre desenvolvimento das forças produtivas é qualificado por DEÁK (1989) como 'acumulação entravada'.

> *"[Neste processo,] uma dialética da acumulação entravada toma o lugar da dialética da forma-mercadoria, cuja história é a recomposição/ reimposição da primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação através de crises sucessivas"*[18].

17 DEÁK, Csaba. 1985. *Rent theory and the price of urban land*. King's College. Phd thesis. Cambridge, 1985. p. 102-103. (Tradução do Autor)
18 DEÁK, , Csaba. 1990. *Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80.* In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. Edusp. São Paulo, 1999. p. 32.

Relacionando o processo de acumulação entravada ao processo de produção do espaço, SCHIFFER (1989) afirma:

> *"A acumulação entravada ao frear o processo de acumulação interna estará, consequentemente, restringindo a expansão do mercado nacional e a homogeneização do espaço se dará em ritmo controlado. O crescimento do mercado interno deverá ser de ordem apenas suficiente para viabilizar o processo de acumulação com primazia da expatriação do excedente, assegurando deste modo a hegemonia da elite nacional."*[19]

Desta forma a produção do espaço nacional fica condicionada aos interesses da classe dominante e às necessidades do processo de produção e reprodução, que controlam o processo de acumulação interna e, consequentemente o processo de homogeneização do espaço nacional. Através dos movimentos de avanço e retrocesso, ficam asseguradas a reprodução do *status quo* e as condições de acumulação e produção capitalista da sociedade de elite brasileira.

Faz-se necessário distinguirmos a sociedade de elite brasileira, a qual nos referimos neste trabalho, de burguesia. A sociedade de elite brasileira é aquela originada no período colonial brasileiro, que através da dialética da acumulação entravada tem recolacado sua dominação. É justamente através da acumulação entravada, ou seja, dos

19 SCHIFFER, Sueli. 1989. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista 1955 – 1980.* São Paulo, Tese de doutorado FAU-USP. 1989. p. 24-25.

entraves colocados à generalização da forma-mercadoria e ao processo de acumulação desimpedido, que a elite brasileira tem garantido a manutenção do *status quo,* em detrimento do desenvolvimento desimpedido da burguesia, o que certamente desafiaria sua dominação.

Sobre o tema DEÁK (1990?) coloca o seguinte:

> *"No nível das relações sociais a sociedade brasileira se diferencia no capitalismo por ser uma sociedade de elite, como distinta da burguesa, onde a reificação das relações sociais não é completa, como nem poderia ser, uma vez que não predomina o princípio da generalização da forma-mercadoria. [...] A acumulação desimpedida no mercado interno tanto requereria quanto induziria o pleno desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, o fortalecimento da burguesia, que em última instância acabaria por desafiar a dominação da elite enquanto classe. Por essa razão ela é impedida a todo custo pelo desmantelamento sistemático do desenvolvimento embrionário da indústria por uma variedade de meios, como medidas fiscais, monetárias e financeiras."*[20]

No mesmo sentido desta concepção estão as seguintes colocações de FERNANDES (1972):

20 DEÁK, , Csaba. 1990. *Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80.* In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. Edusp. São Paulo, 1999. p. 31-33.

> *"a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo. [...] Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. Por isso, os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais."*[21]

Voltando ao processo de produção do espaço nacional, movimento marcado pelo processo da acumulação entravada, os momentos de avanço e retrocesso que interessam ao processo de acumulação interna levam à diferenciação do espaço dentro do espaço nacional. Esta diferenciação que dá origem às subdivisões do espaço nacional em regiões, no entanto é preciso ter claro que o conceito aqui adotado percebe estas diferenciações como parte do processo de produção do espaço nacional e só são

[21] FERNANDES, Florestan. 1972. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* Zahar editores. Rio de Janeiro, 1973. 2ª edição. P.33 e 42.

percebidas como tal justamente por serem parte integrante de um mesmo espaço econômico, como já mencionamos acima.

Em "Elegia para uma re(li)gião", Francisco de Oliveira reconhece as variações que envolvem a definição do conceito de região, destacando que ela pode ser concebida a partir de diferentes pontos de vista, dentre eles o econômico, o social, o político, o cultural, o histórico, o geográfico, sendo este último o mais tradicional[22]. No entanto, o autor estabelece o conceito de região sob a ótica do processo de acumulação e de homogeneização do espaço nacional da seguinte forma:

> *"[...] privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, nas estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as 'regiões'[...]. Tal tendência*

[22] Vale salientar que o conceito de região relacionado ao processo econômico de produção do espaço nacional pode não coincidir com as definições de região baseadas na geografia física, uma vez que o primeiro é marcado por um movimento dinâmico baseado no modo de produção capitalista vigente.

> *quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...]"*[23]

SCHIFFER (1989) define a questão da seguinte forma:

> *"Um 'espaço regional' só pode ser entendido como parte integrante de um espaço econômico."*[24]

No entanto, a identificação desta diferenciação do espaço regional é por vezes conduzida de forma a consolidar tal diferenciação, dando origem ao regionalismo. Em *'Brasil: urbanização e fronteiras'* MORI (1996) debate longamente o uso do termo região. De maneira muito sintética, podemos destacar deste debate que se por um lado as regiões são reflexos do processo histórico de produção do espaço nacional, por outro lado, a diferenciação que identifica o padrão regional em relação ao espaço nacional conduz à consolidação das tais diferenças e à institucionalização das regiões por suas diferenças.

> *"A percepção das diferenças historicamente tem conduzido a um empenho de* regionalização *das ações. E, a pretexto de superar diferenças, perpetuá-las; ao invés de empreender políticas de unificação do espaço, mantê-lo*

---

[23] OLIVEIRA, Francisco. 1977. *Elegia para uma re(li)gião.* Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987. 5ª edição. P.27.

24 SCHIFFER, Sueli. 1989. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista 1955 – 1980.* São Paulo, Tese de doutorado FAU-USP. 1989. p.14.

> *fragmentado pela aplicação de intervenções estanques - 'regionais'. O que não deixa de ser, à sua maneira, uma política nacional."*[25]

Por outro lado, num sentido diverso da identificação regionalizada da diferenciação do espaço nacional está a idéia de nação. Elemento importante no processo de constituição do Estado capitalista, a nação é constituída a partir da sociedade e dos fatores culturais, territoriais e políticos que produzidos por ela a caracterizam.

MORI (1996) destaca que a nação é uma construção que se constitui num elemento importante da produção capitalista.

> *"como fundamento físico (biológico), cultural ou político capaz de aglutinar os interesses individuais e de classe de um grupo humano em formação social coesa – [a nação] constituiu, historicamente, um fator básico para a estruturação do modo de produção capitalista"*[26].

Destacando o caráter ideológico que caracteriza a nação, CHAUÍ (1986) afirma que ela nação é uma construção baseada num conjunto de ações, feita e desfeita num movimento incessante.

---

25 MORI, Klára Kaiser. 1996. *Brasil: urbanização e fronteiras.* Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. p. 152.
26 MORI, Klára Kaiser. 1996. *Brasil: urbanização e fronteiras.* Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. p.178

> *"A nação não é coisa nem idéia, não é uma dado factual nem ideal, não é algo que possa ser circunscrito como um ser determinado nem como uma idéia a priori da razão - é uma prática política e social, um conjunto de ações e de relações postas pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais ela serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais constituídas pelas lutas e criações social-históricas). A nação não é; ela se faz e desfaz."*[27]

O que devemos reter aqui é que as diferenciações do espaço nacional foram constituídas a partir do processo de produção do espaço, que por sua vez constituiu a homogeneização/ diferenciação do espaço nacional como materialização territorial dos interesses do processo de produção capitalista.

Assim, qualquer debate relacionado à diferenciação do espaço dentro do espaço nacional deve partir do princípio de que tal diferenciação faz parte do movimento de constituição do mercado nacional, sem esquecer que tal movimento está diretamente relacionado ao modo de produção capitalista vigente, no caso brasileiro, ao modo extensivo de produção.

27 CHAUÍ, Marilena. 1986. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1987, 2ª edição. p. 114.

E ainda, tal diferenciação é produto do processo de produção do espaço nacional, elemento essencial do processo de produção geral, sem a qual este não se realiza. Na verdade, a produção do espaço nacional é o próprio movimento através do qual o Estado capitalista se constitui.

> *"As fronteiras e o território nacional não são anteriores à unificação disso que lhes enquadram: não existe previamente alguma coisa que esteja dentro e que é preciso unificar depois. O Estado capitalista não se limita a aperfeiçoar a unidade nacional, ele se constitui quando fundamenta essa unidade [...]. O Estado estabelece as fronteiras desse espaço serial no próprio movimento que unifica e homogeneíza o que essas fronteiras delimitam. [...] Esse Estado não acontece para unificar um mercado 'interno' prévio, mas instaura um mercado nacional unificado ao estabelecer as fronteiras disso que torna-se um dentro em relação a um fora."*[28]

Em outras palavras, ao produzir o espaço nacional, constituindo o mercado nacional unificado onde ocorre a generalização da forma-mercadoria, o Estado não constitui apenas o referido mercado, mas se constitui propriamente como Estado capitalista.

28 POULANTZAS, Nico. 1981. *O Estado , o poder e o socialismo.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000. p.105.

1.3 – FRONTEIRA E SOBERANIA - AS CONCEPÇÕES DA GEOPOLÍTICA

Como mencionamos na introdução deste capítulo, as pesquisas sobre o processo histórico de formação do Acre apontaram a importante presença das teorias geopolíticas nas estratégias político-territoriais ali implantadas. Aprofundando-nos pesquisa sobre o processo de produção do espaço nacional foi possível perceber também a importância do discurso geopolítico nas políticas territoriais brasileiras, especialmente nas estratégias territoriais, nas políticas orientadas às porções mais afastadas do centro desenvolvido do território brasileiro e nas políticas aplicadas nas faixas de fronteira, condição na qual se enquadra o Acre.

Na verdade o discurso geopolítico em defesa do território e da soberania inspirou e sustentou as políticas brasileiras desde a terceira década do século XX, embora o ponto de vista geográfico esteja presente em todo o processo de constituição do espaço brasileiro, como veremos no próximo capítulo.

O que nos interessa neste momento é que as estratégias geopolíticas orientaram a ocupação e integração do território brasileiro quando esta questão estava diretamente relacionada às questões de segurança e soberania nacionais, inclusive e principalmente sob o ponto de vista das estratégias militares de defesa. Por outro lado, o discurso geopolítico também foi instrumento ideológico no processo de produção do espaço

nacional, sem perder de vista que para a defesa do território e da soberania nacional também é necessário que o espaço nacional seja produzido.

Assim, as concepções geopolíticas foram discurso e ideologia vitais no processo de produção do espaço brasileiro, uma vez que a defesa do território e da soberania nacionais requerem, entre outros, justamente a produção do espaço nacional. Dentre os vários elementos de defesa do território e da soberania está a integração nacional, que se dá a partir da implantação das redes de infra-estrutura, comunicações e cidades, que por sua vez ocorrem justamente a partir da produção do espaço nacional.

Devemos nos concentrar então na compreensão das concepções geopolíticas. A geopolítica adquiriu o caráter de geografia aplicada ao Estado a partir da década de 30 do século XX, com a elaboração do pensamento geográfico do Estado nazista, sob a coordenação de Karl Haushofer [29].

A geopolítica passou então a ser identificada como "um conjunto de técnicas e de um saber que instrumentalizam e pensam o espaço a partir da ótica do Estado"[30], seguindo o princípio da posse, domínio, defesa e expansão territorial e também do poder, autoridade e responsabilidade do Estado.

---

29 A geopolítica credita sua fundação à Friederich Ratzel, fundador da geografia política, que por sua vez é uma ciência voltada ao estudo das políticas territoriais dos Estados, onde é estreita a relação entre espaço e Estado. Segundo COSTA (1992), p.55, *"[a geopolítica] se apropria de parte de seus postulados gerais [da geografia política], para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço"*.

30 BECKER, B. *A geografia e o resgate da geopolítica.* In: Revista Brasileira de Geografia, Ano 50, nº. especial. Tomo II. FIGBE, 1988. p.100.

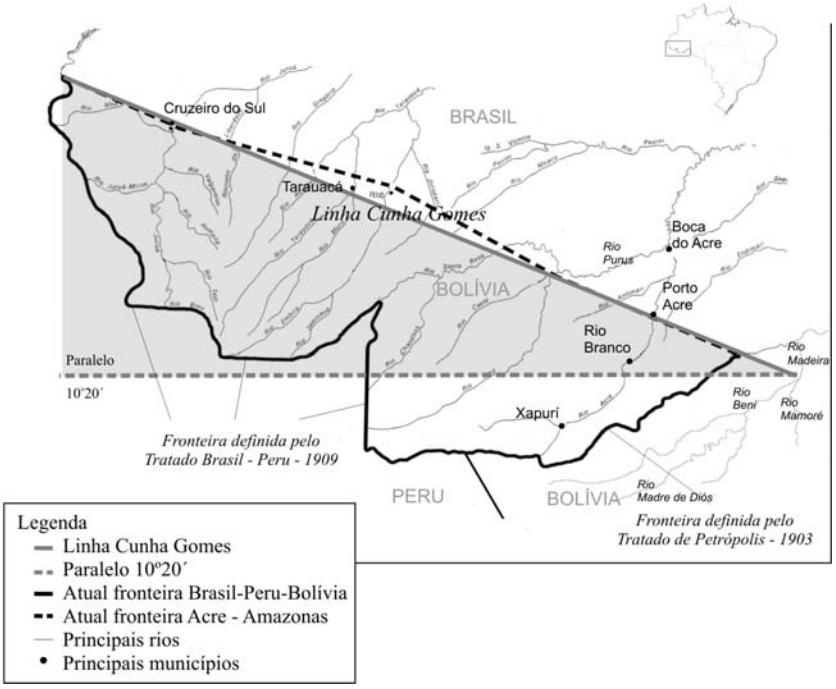
"A geopolítica é a consciência geográfica do Estado."[31].

Segundo as concepções geopolíticas, o Estado deve se fazer presente sobre seu território através da estruturação de seu espaço, da implantação de malhas e redes, da importância central ou periférica de suas cidades, do traçado de suas fronteiras e de seus espaços povoados. Assim, o Estado estrutura seu território, definindo fronteiras, estabelecendo sua malha e sua rede de comunicação, delimitando campos operatórios.

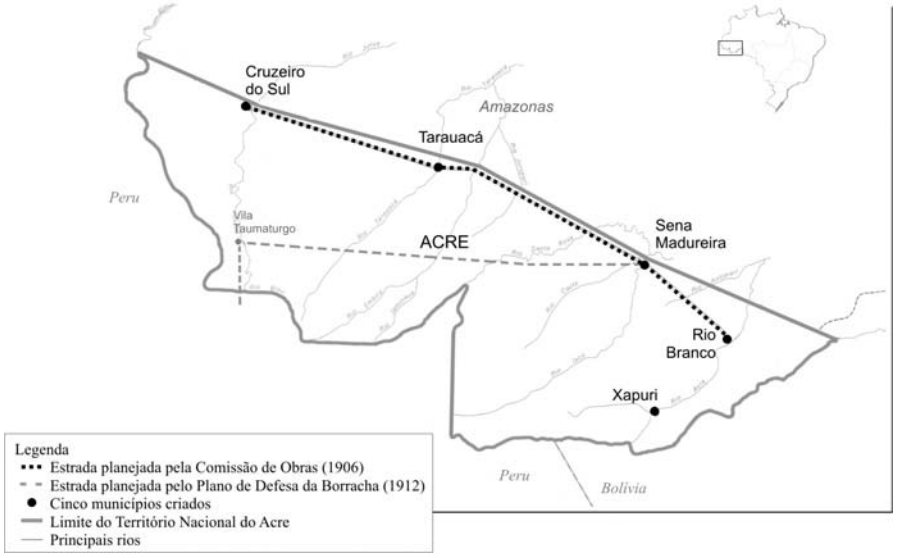
Ainda segundo a geopolítica, a ação estratégica do Estado de modelar seu território deve ocorrer a partir do princípio de que sua organização territorial deve estar arranjada da melhor forma possível, permitindo o controle do território e conseqüentemente o exercício de seu poder, garantindo sua coesão interna e consolidando sua soberania. Desta forma a estrutura geral do território e do sistema de circulação de um país deve revelar a estratégia nacional de construção de sua coesão interna, de defesa de sua integridade territorial e a natureza de sua projeção externa.

Por outro lado, como vimos no sub-capítulo anterior, esta estrutura física do espaço nacional, que chamamos de espaço produzido, revela também o modo de produção vigente e a forma como se dá a reprodução desta sociedade.

31 SILVA, Golbery do Couto e. 1967. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.* 2ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.p.29.



Mapa 3.5 – Aplicação do Tratado de Ayacucho *Fonte*: Elaborado a partir de informações contidas em TOCANTINS (1961) e DNER (1986).



Mapa 3.10 – Projetos da Comissão de Obras (1906) e do Plano de Defesa da Borracha (1912) *Fonte*: DNER. Sistema Rodoviário do *Plano Nacional de Viação*, 1986.

> *"As 'imagens' territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. [...] De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações."* [32].

Controlando e organizando seu território, através da implantação de infra-estrutura e do estabelecimento de redes de comunicação, o Estado controla aquilo que deve ser distribuído ou integrado, organizando e defendendo assim sua integridade territorial. Integridade esta essencial ao ponto de vista da geopolítica, onde um dos princípios do exercício do poder do Estado é a garantia de sua indivisibilidade, uma vez que nesta ciência "Estado, nação e território constituem um todo indivisível" [33].

E é justamente o princípio da indivisibilidade e os argumentos da integridade e segurança nacional que conduzem ao tema da soberania, tema central nas formulações geopolíticas, cuja proposição básica está relacionada à indivisibilidade do poder num determinado âmbito.

Segundo BOBBIO (1976), numa sociedade organizada, todo poder inferior é subordinado a um poder superior, que por sua vez também é subordinado a outro poder

32 RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Editora Ática. São Paulo, 1993. p.152.
33 COSTA, W. M.. 1992. *Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder.* São Paulo, Editora Hucitec. 1992. p.19.

superior, onde no ápice deve haver um poder que não tem sobre si nenhum outro, ou seja, no ápice há um poder supremo, soberano.

> *"esse poder supremo, 'summa potestas', é o poder soberano. Onde há um poder soberano, há um Estado. [...] Por soberania se entende o poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. [...] A soberania ou é única ou não existe"* [34]

Sob este ponto de vista, as estratégias e ações do Estado têm entre seus objetivos assegurar sua soberania. Estruturando seu território, desenvolvendo estruturas físico-territoriais e militares, acumulando poder econômico, tecnológico e político, as estratégias do Estado transformam o potencial nacional em poder efetivo do Estado.

Por outro lado, contrapondo o esforço de manutenção da soberania de um Estado, está a concepção geopolítica de expansão territorial. Este princípio se manifesta através do desejo de expansão, de alcançar o mar, de fazer coincidir uma fronteira com um marco geográfico, de preservar ou estabelecer acesso às rodovias e rotas terrestres, marítimas ou aéreas, de ter acesso a recursos naturais estratégicos, de expandir atividades econômicas e mercados, 'seja por colonização, amalgamação ou conquista', segundo o pioneiro da geopolítica, Rudolf Kjéllen.

34 BOBBIO, 1976, N.. 1976. *A teoria das formas de governo.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 95 – 101.

Assim fica identificado o tema do expansionismo que fortemente marcou a geopolítica, e que é um dos principais contrapontos ao princípio de soberania de um Estado sobre seu território.

É justamente diante do princípio expansionista que a fronteira se torna instrumento fundamental na preservação da soberania de um Estado, justamente por ser a linha que delimita a área de exercício das soberanias estatais e exprime a relação de poder de um Estado, além de proteger. É o limite territorial de uma soberania, dotada por postos alfandegários e policiais.

A fronteira consolida não apenas o domínio territorial interno de um determinado Estado, mas também a aceitação externa destes limites, o que, por sua vez, consolida a soberania estatal interna ao país e também nas suas relações internacionais. Desta forma, a fronteira é elemento fundamental na preservação da soberania, da integridade territorial e do poder do Estado.

E não apenas aquela fronteira cujo caráter original era o limite rígido, separador e de disjunção. Mas também aquela fronteira que vem cedendo espaço para a noção de uma zona de integração, 'unificante', embora sem perder o sentido de limite territorial de uma soberania nacional. Analisando as principais teorias sobre as fronteiras, COSTA (1992) destaca a importância das características de integração e articulação das fronteiras, inclusive no papel de evitar que as fronteiras interrompam a circulação

cotidiana de bens e pessoas, "evitando-se assim *disfunções,* tais como contrabando e outros artifícios"[35].

Assim as fronteiras adquirirem também o caráter de espaço de integração entre as sedes nacionais, tornando-se abertas e porosas. Esta fronteira possibilita a intensificação das relações comercias e muitas vezes "esta integração é chamada, sobretudo, para mascarar a necessidade de integrar territórios para promover uma maior fluidez para grandes empresas" [36].

De qualquer forma, sendo as fronteiras rígidas ou permeáveis, o Estado continua como instrumento central no enfrentamento dos conflitos e oposições das relações de poder das políticas territoriais nacionais e internacionais.

> *"Quer optando pelo poderio, lastreado na força militar e na 'defesa-expansão' territoriais, quer escolhendo o caminho da supremacia na economia, na tecnologia e no comércio 'civis', os Estados contemporâneos, e as relações internacionais, mantêm-se, no presente, como realidades específicas do âmbito da política. Isso significa que a dinâmica das relações de poder, em sua projeção externa, continua pertencendo ao terreno*

35 COSTA W. M.. 1992. *Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder.* São Paulo, Editora Hucitec. 1992. p.36.
Outro fator destacado pelo autor é o fato do conteúdo militar do princípio das fronteiras e soberania nacional ter perdido importância diante da "facilidade de 'arrebentação' dos limites pelas armas estratégicas". COSTA (1992) p.36.
36 SCHÄFFER, Neiva O., *Globalização e fronteira.* In: CASTELLO, I. R., et alii (orgs.). *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação.* Porto Alegre. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.p.89.

exclusivo das políticas dos Estados, no exercício permanente e contraditório de suas respectivas soberanias" [37].

37 COSTA, W. M.. 1992. *Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder.* São Paulo, Editora Hucitec. 1992. p. 344.